

**RETRATO  
SOCIOTERRITORIAL  
DA METRÓPOLE  
São Paulo à luz do IPVS**



**Autores deste número**

**Gustavo de Oliveira Coelho de Souza**, chefe da Divisão de Geoprocessamento da Fundação Seade.

**Fernando Meloni de Oliveira** e **Leandro Saade Minervino**, especialistas em políticas públicas da Secretaria de Gestão Pública.

**Coordenação e edição**

**Edney Cielici Dias**



## **SEADE**

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

### **Diretora Executiva**

Maria Helena Guimarães de Castro

### **Diretora Adjunta Administrativa e Financeira**

Silvia Anette Kneip

### **Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações**

Haroldo da Gama Torres

### **Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados**

Margareth Izumi Watanabe

### **Corpo editorial**

Maria Helena Guimarães de Castro;

Silvia Anette Kneip;

Haroldo da Gama Torres;

Margareth Izumi Watanabe;

Edney Cielici Dias e

Oswaldo Guizzardi Filho

Av. Cásper Líbero 464 CEP 01033-000 São Paulo SP

Fone (11) 3324.7200 Fax (11) 3324.7324

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) / [sicseade@seade.gov.br](mailto:sicseade@seade.gov.br) / [ouvidoria@seade.gov.br](mailto:ouvidoria@seade.gov.br)

## **APRESENTAÇÃO**

# **PESQUISAS INSERIDAS NO DEBATE PÚBLICO**

*O Seade é uma instituição que remonta ao século 19, com o surgimento da Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, em 1892. Ao longo de mais de um século, tem contribuído para o conhecimento do Estado por meio de estatísticas, com um conjunto amplo de pesquisas sobre diversos aspectos da sociedade e do território de São Paulo. Levar parte importante desse volume de informação e suas interconexões ao público é, por sua vez, uma tarefa tão relevante quanto desafiadora.*

*O Projeto Primeira Análise visa divulgar parte do universo de conhecimento da instituição, ao dialogar com temas de interesse social. Os artigos que compõem o projeto procuram sinalizar de forma concisa tendências e apresentar uma análise preliminar do tema tratado. Trata-se de texto autoral, de caráter analítico e científico, com aval de qualidade do Seade.*

*Os textos são destinados a um público formado por gestores públicos, ao oferecer informação qualificada e de fácil compreensão; ao meio acadêmico e de pesquisa aplicada, por meio de abordagem analítica preliminar de temas de interesse científico; e para a mídia em geral, ao suscitar pautas sobre questões relevantes para a sociedade.*

*Os artigos do projeto têm periodicidade mensal e estão disponíveis na página do Seade na Internet. Os temas englobam aspectos econômicos, sociais e de interesse geral, abordados em perspectiva de auxiliar na formulação de políticas públicas.*

*Desta forma, o Seade mais uma vez se reafirma como uma instituição ímpar no fornecimento de informações de importância para o conhecimento do Estado de São Paulo e para a formulação de suas políticas públicas.*

Maria Helena Guimarães de Castro

## RETRATO SOCIOTERRITORIAL DA METRÓPOLE SÃO PAULO À LUZ DO IPVS

Indicador da Fundação Seade mapeia as condições sociais do território, possibilitando aplicação mais precisa das políticas públicas

- *O IPVS é um indicador detalhado das condições do território e um instrumento valioso para aplicação de políticas públicas.*
- *No Estado de São Paulo, 65% da população vive em áreas de vulnerabilidade social baixa, enquanto 16,5% estão em áreas de alta ou muito alta vulnerabilidade.*
- *A Região Metropolitana de São Paulo concentra os contrastes sociais. Reúne 79,8% dos que vivem na alta vulnerabilidade do Estado, ao mesmo tempo em que abriga 68,8% da baixíssima vulnerabilidade.*
- *A desigualdade nas condições de infraestrutura e acesso a bens e serviços básicos na RMSP potencializa os riscos sociais.*
- *Há uma concentração de riqueza na zona Oeste da cidade de São Paulo e na Noroeste da RMSP.*
- *Nas zonas limítrofes do município de São Paulo, há a predominância de grupos de alta e muito alta vulnerabilidade.*
- *A distribuição espacial e as características da RMSP reforçam a necessidade de integração e articulação de políticas públicas para melhorar as condições sociais da metrópole.*

## VISÃO GERAL

Este artigo analisa a vulnerabilidade social na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010, elaborado com os dados do censo do mesmo ano. O IPVS é um instrumento valioso e detalhado para a compreensão da vulnerabilidade social no território e sua elaboração é possível apenas nos anos em que se realiza a pesquisa censitária.

Conceitos e técnicas de análise de vulnerabilidade social com ênfase no território, como IPVS, ganharam força nos anos recentes, porque orientam de maneira mais precisa as intervenções do poder público nas cidades. A abordagem trata a pobreza como uma condição multidimensional, ou seja, a privação socioeconômica é produto de uma conjunção de fatores, como o próprio território, o ciclo de vida familiar, o nível de escolarização e o acesso a serviços públicos.

A desigualdade na RMSP é histórica. O processo de transformação social do país, a partir do século 20, fez emergir a questão urbana e a necessidade de enfrentamento da desigualdade territorial das metrópoles. O modelo de expansão das grandes cidades brasileiras é amplamente conhecido, caracterizado pela expansão periférica da mancha urbana, com assentamentos precários distantes dos serviços públicos e da oferta de empregos. Esse padrão tem implicações profundas na mobilidade, na qualidade de vida, na proteção ambiental, entre outras. Apesar de intensas transformações sociais e avanços nas políticas públicas de combate à pobreza nas últimas décadas, o contexto de alta desigualdade persiste.

O IPVS 2010 foi construído com base nos dados do último Censo Demográfico, adaptando conceitualmente a metodologia da versão de 2000 do índice, uma vez que a coleta de informações demográficas pelo IBGE sofreu alterações importantes. Entre elas, vale destacar a malha de setores censitários (que, para o Estado de São Paulo, passou de 49.299 setores, em 2000, para 66.096 setores, em 2010) e a exclusão das questões relativas à escolaridade do responsável pelo domicílio no questionário geral (universo). A partir da análise de fatores socioeconômicos e demográficos, nesta versão do IPVS foram definidos sete grupos distintos de classificação de setores censitários (com pelo menos 50 domicílios particulares permanentes), com destaque para o ciclo de vida familiar, a forma de ocupação territorial (assentamentos precários ou normais/não precários), localização na área do

município (rural ou urbana) e condição socioeconômica (alta, média ou baixa), conforme o quadro abaixo:<sup>1</sup>

Q  
U  
A  
D  
R  
O

### Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios

Estado de São Paulo – 2010

Grupos	Dimensões		IPVS 2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.

**Nota:** Os setores censitários rurais do município de São Paulo foram considerados como urbanos para classificação nos grupos do IPVS 2010.

1. Para detalhamento da metodologia do IPVS, consultar: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>

## **RMSP: METRÓPOLE DE EXTREMOS**

Segundo o IPVS, em 2010, para um conjunto populacional de 40,6 milhões de habitantes, o Estado de São Paulo apresentava mais de 6,7 milhões de pessoas vivendo em áreas predominantemente habitadas por famílias identificadas nos grupos de alta ou muito alta vulnerabilidade, tanto no meio rural como no urbano (Tabela 1). Concomitantemente, os grupos de baixa vulnerabilidade (Grupos 1, 2 e 3) são os mais numerosos no total do Estado, com mais de 26 milhões de pessoas.

Considerando a distribuição da população da RMSP entre os grupos do IPVS (Tabela 2), constata-se que esta é a região do Estado que agrega a maior proporção de habitantes em áreas classificadas como de muito alta vulnerabilidade (79,8% do total nesta condição) e também o maior percentual de paulistas que vivem em áreas de baixíssima vulnerabilidade (68,8% do total nesta condição). No conjunto da Região Metropolitana, o município de São Paulo destaca-se ao concentrar, respectivamente, 46,3% e 59,5% da população nessas condições. Os dados demonstram como a RMSP caracteriza-se por sua desigualdade social, expressa aqui em termos de vulnerabilidade.

A expressiva presença de população na RMSP (48% do total do Estado) faz com que mesmo aqueles grupos com menor representatividade proporcional sejam compostos de um contingente populacional muito elevado. Assim, de um total de 19,5 milhões de habitantes, em 2010, a distribuição da população residente em domicílios particulares por grupos do IPVS da RMSP revelava aproximadamente 1,7 milhão de pessoas (8,8% do total) no Grupo 1, de baixíssima vulnerabilidade; 7 milhões (36,2%) no Grupo 2, de vulnerabilidade muito baixa; 3,6 milhões (18,9%) no Grupo 3, de vulnerabilidade baixa; 3 milhões (15,9%) no Grupo 4, de vulnerabilidade média; 2,4 milhões (12,6%) em situação de vulnerabilidade alta urbana (Grupo 5); 1,4 milhão (7,4%) no Grupo 6, de vulnerabilidade muito alta, vivendo em aglomerados subnormais;<sup>2</sup> e 43,9 mil pessoas no Grupo 7, de alta vulnerabilidade rural, representando 0,2% do conjunto de habitantes.

---

2. De acordo com o Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, um aglomerado subnormal define-se como um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, em geral carentes de serviços públicos essenciais, que ocupa ou ocupou até um período recente um terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que cujas unidades estão dispostas, na maioria dos casos, de forma desordenada e densa.

### Distribuição da população, por grupos do IPVS Estado e Região Metropolitana de São Paulo – 2010

Estado, Regiões e Demais Municípios	Total	Baixíssima vulnerabilidade – Grupo 1	Vulnerabilidade muito baixa – Grupo 2	Vulnerabilidade baixa – Grupo 3	Vulnerabilidade média – Grupo 4	Vulnerabilidade alta (urbanos) – Grupo 5	Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais – urbanos) – Grupo 6	Vulnerabilidade alta (rurais) – Grupo 7
<b>Estado</b>	<b>40.665.593</b>	<b>2.497.372</b>	<b>16.321.732</b>	<b>7.313.550</b>	<b>7.796.634</b>	<b>4.525.509</b>	<b>1.801.621</b>	<b>409.175</b>
RMSP	19.516.297	1.717.347	7.074.321	3.688.661	3.093.901	2.459.763	1.438.329	43.975
MSP	11.165.619	1.486.905	4.413.792	1.923.628	1.514.870	993.163	833.261	
Demais Municípios	8.350.678	230.442	2.660.529	1.765.033	1.579.031	1.466.600	605.068	43.975
Demais Municípios do Estado	21.149.296	780.025	9.247.411	3.624.889	4.702.733	2.065.746	363.292	365.200

Fonte: Fundação Seade, 2013.



Os dados revelam que, embora a maioria da população da RMSP (12,3 milhões de indivíduos, ou 63,9% do total), esteja mais afastada dos riscos relacionados à vulnerabilidade social, ainda há uma parcela muito expressiva de pessoas que enfrentam as condições sociais difíceis, pois o contingente dos que vivem nas áreas com vulnerabilidade mais alta, os Grupos 5 e 6 do IPVS, soma 20% do total da sua população, o que significa quase 4 milhões de pessoas (Tabela 2).

Os dados demonstram que essa região caracteriza-se como um território de extremos, onde convive a maior parcela daqueles em melhor situação (68,8% dos que residem em áreas de baixíssima vulnerabilidade) e, também, daqueles em pior condição no Estado (61,6% dos que residem em áreas urbanas de alta e muito alta vulnerabilidade). Em contrapartida, a parcela da população na RMSP em situação de vulnerabilidade média corresponde apenas a 39,7% do total estadual, pois esse grupo conta com uma maior presença relativa no interior paulista.

### Distribuição da população por grupos do IPVS (setores censitários com mais de 50 domicílios)

Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo – 2010

Indicadores	Total sem rurais	Baixíssima vulnerabilidade	Muito baixa e baixa vulnerabilidade	Média vulnerabilidade	Alta e muito alta vulnerabilidade
<b>População (n<sup>os</sup> absolutos)</b>					
Estado	40.256.418	2.497.372	23.635.282	7.796.634	6.327.130
RMSP	19.472.322	1.717.347	10.762.982	7.796.634	3.898.092
MSP	11.165.619	1.486.905	6.337.420	1.514.870	1.826.424
<b>Distribuição (%)</b>					
Estado	100,0	6,2	58,7	19,4	15,7
RMSP	100,0	8,8	55,3	15,9	20,0
MSP	100,0	13,3	56,8	13,6	16,4
<b>Participação no Estado (%)</b>					
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMSP	48,4	68,8	45,5	39,7	61,6
MSP	27,7	59,5	26,8	19,4	28,9

Fonte: Fundação Seade, 2013.

O papel preponderante da capital em relação ao desenvolvimento econômico e à oferta de melhores padrões de vida evidencia-se pela concentração do grupo com baixíssima vulnerabilidade no município de São Paulo – que tem uma participação de 59,5% do total do Estado e de 86,6% do total deste grupo na RMSP. No outro extremo, em relação à distribuição do grupo mais vulnerável do IPVS, a capital congrega 46,3% dos cidadãos desse grupo no Estado, mas, em comparação com a RMSP, participa com 57,9% do total do grupo mais vulnerável na região. Isso se explica por este grupo ser formado por áreas vulneráveis associadas a favelas.

Para clarificar ainda mais este aspecto, pode-se destacar o perfil de participação relativa da população pertencente aos grupos dentro de cada área. Em relação ao total de habitantes da capital, a participação do Grupo 1 corresponde a 13,3%, enquanto a participação deste mesmo grupo, no conjunto da população da RMSP, é de 8,8%. Em contrapartida, no agregado dos grupos de maior vulnerabilidade (Grupos 5 e 6), a distribuição da população corresponde a 20% dos habitantes da RMSP, enquanto no município o mesmo conjunto representa 16,4% do total de habitantes (Tabela 2).

Deve-se atentar para a comparação entre a RMSP e seu principal município, São Paulo (Tabela 1). Assim, em relação ao perfil de distribuição dos grupos do IPVS, a capital e os demais municípios da RMSP se diferenciam, pois enquanto na primeira destaca-se, relativamente, a concentração de pessoas residindo em áreas de baixíssima vulnerabilidade (13,3% de sua população contra 2,8% da população dos demais municípios da RMSP), os demais municípios da RMSP se destacam pela presença de pessoas residindo em áreas de alta e muito alta vulnerabilidade (24,8% de sua população contra 16,4% da capital).

Considerando a Tabela 2, a capital tem um papel de maior relevância em relação ao Grupo 1, na medida em que abarca sozinha 59,5% do total deste grupo no Estado, enquanto o agregado das demais cidades da metrópole paulista tem um peso mais substantivo em relação aos grupos 5 e 6 do IPVS, isso frente à capital e outros municípios do Estado, respondendo juntas por 32,7% do total destes grupos no Estado (a capital contribui, por sua vez, com mais 28,9%).

## **CONDIÇÕES DO TERRITÓRIO**

Os dados do Censo 2010 referentes a iluminação das vias, identificação de ruas, pavimentação, calçamento, entre outros, de acordo com cada grupo do IPVS, revelam outras faces das desigualdades territoriais.

### Condições de infraestrutura por grupos do IPVS Região Metropolitana de São Paulo – 2010

Grupos	Em porcentagem									
	Identificação	Iluminação	Pavimentação	Calçamento	Meio-fio	Bueiro	Rampa	Arborização	Esgoto a céu aberto	Lixo na rua
IPVS 1	98,1	99,3	99,7	98,1	99,4	67,3	28,7	94,8	1,1	0,9
IPVS 2	93,2	99,2	99,2	97,3	97,8	50,1	5,4	80,3	2,2	3,0
IPVS 3	88,0	97,6	96,8	91,6	94,2	50,1	4,1	72,8	5,4	6,4
IPVS 4	83,6	96,0	92,9	86,3	89,1	41,6	1,1	67,0	7,3	6,5
IPVS 5	72,8	92,4	83,1	72,9	79,7	38,7	0,6	61,2	14,2	9,3
IPVS 6	65,7	79,7	76,9	56,6	59,5	33,0	0,5	38,4	18,3	14,5

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração Fundação Seade.

Os percentuais na Tabela 3 evidenciam grandes discrepâncias entre os grupos nas extremidades. Mesmo entre os Grupos 5 e 6 é possível observar grandes diferenças, pois a condição de ser ou não favela é o que distingue os dois últimos grupos.

No Grupo 1, os itens de identificação, iluminação, pavimentação, calçamento, meio-fio e arborização atingem quase 100% do total – e inversamente, cerca de 1% no caso esgoto a céu aberto e lixo na rua. Representa um forte contraste com o Grupo 6, em que as condições de infraestrutura apresentam-se de maneira insuficiente em todos os itens pesquisados. As “ausências” atingiam, por exemplo, 20,3% do total do grupo, no caso da iluminação, 23,1% na pavimentação, 34,3% em relação à identificação, 43,4% no caso do calçamento e 61,6% na arborização. Verifica-se, adicionalmente, que 18,3% do Grupo 6 estão expostos a esgoto a céu aberto e 14,5% convivem com lixo na rua – uma realidade quase inexistente para o Grupo 1.

Itens como a presença de bueiros nas vias e rampas de acesso para deficientes apresentam baixas coberturas, mesmo para o Grupo 1, alcançando somente 67,3% e 28,7% do total do grupo, respectivamente. Para o Grupo 6, entretanto, os valores aparecem extremamente reduzidos, com uma cobertura de 33% no que diz respeito a bueiros e apenas 0,5% no caso de rampas nos locais de moradia.

## **DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS**

Ao analisar a distribuição geográfica dos grupos do IPVS (Mapa 1), verifica-se um claro padrão geral de ocupação. Há grande concentração de riqueza na porção oeste da cidade de São Paulo, onde estão os grupos com menor vulnerabilidade, notadamente o Grupo 1. Em termos de extensão, os distritos de Alto de Pinheiros, Perdizes, Consolação, Jardim Paulista, Vila Mariana, Moema, Pinheiros, Morumbi e Santo Amaro são habitados quase exclusivamente por famílias deste grupo. Em menor medida, ou com maior heterogeneidade, também fazem parte dessa mesma mancha distritos como os da Lapa, Barra Funda, Santa Cecília, República, Bela Vista, Liberdade, Saúde, Campo Belo, Itaim Bibi, Vila Andrade e Butantã.

Ao redor dessa mancha, encontram-se principalmente os Grupos 2 e 3, de muito baixa e baixa vulnerabilidade. Além de esses grupos concentrarem a maior parte da população, também são aqueles que ocupam a maior

área do município, com tendência a se espalhar das regiões centrais para as periferias. Circundando as zonas de baixíssima vulnerabilidade no centro do município de São Paulo, os Grupos 2 e 3 são majoritários em toda a Zona Norte (ZN) e Zona Oeste (ZO) da cidade e predominam ainda em grandes porções do Zona Leste (ZL), até os distritos de São Mateus, Parque do Carmo, Itaquera e Vila Jacuí, e da Zona Sul (ZS), até Jardim São Luiz e Cidade Dutra.

Apesar dessa disposição ampla, esses grupos tornam-se menos predominantes no território conforme se desloca a análise em direção às periferias da capital ou aos municípios vizinhos. É necessário salientar que, dadas condições geográficas da capital, esse movimento é mais visível em direção à zona leste. Na RMSP como um todo, os Grupos 2 e 3 aparecem de forma marcante no ABC (ocupando praticamente todo o município de São Caetano do Sul), em Mogi das Cruzes (embora o município possua grandes áreas do Grupo 7, rural), em Guararema, Mairiporã (também com grande presença do Grupo 7), Osasco, Embu, Taboão da Serra, Santana de Parnaíba (todavia com grande presença do Grupo 5) e Vargem Grande Paulista.

Nas zonas limítrofes do município de São Paulo, pode-se verificar a predominância de grupos de alta e muito alta vulnerabilidade (5 e 6). Esses grupos, que também se distribuem pulverizadamente em diversas regiões, destacam-se por expressiva presença, seja em população, seja em área, especialmente em alguns dos distritos do município, como São Rafael (ZL), Grajaú (ZS), Jardim Ângela (ZS), Capão Redondo (ZS), Vila Andrade (ZS), Jardim Helena (ZL), São Miguel (ZL), Vila Jacuí (ZL), Tremembé (ZN) e Jaraguá (ZN).

Visualiza-se, a partir da distribuição dos grupos de mais alta vulnerabilidade social (Mapa 2), um contraponto entre a área central e as zonas periféricas de São Paulo em relação às condições sociais da população. As áreas de vulnerabilidade mais aguda da metrópole surgem na forma de grandes bolsões, como pontos ampliados no mapa, em zonas específicas do território, afastadas do centro e/ou nas bordas da cidade, com poucas exceções (como no caso da zona Oeste do município, nos distritos do Morumbi e de Vila Andrade, que se encontram mais próximos da região central, mas também apresentam importantes áreas de muito alta vulnerabilidade).

Quanto à predominância de áreas vulneráveis e não vulneráveis no conjunto dos municípios da RMSP, alguns destaques são evidentes. É o caso da predominância de áreas não vulneráveis em municípios como Caieiras, Mairiporã, Barueri, Cotia, Vargem Grande Paulista e Guararema. Alguns desses municípios (como os dois últimos) caracterizam-se por possuírem ex-

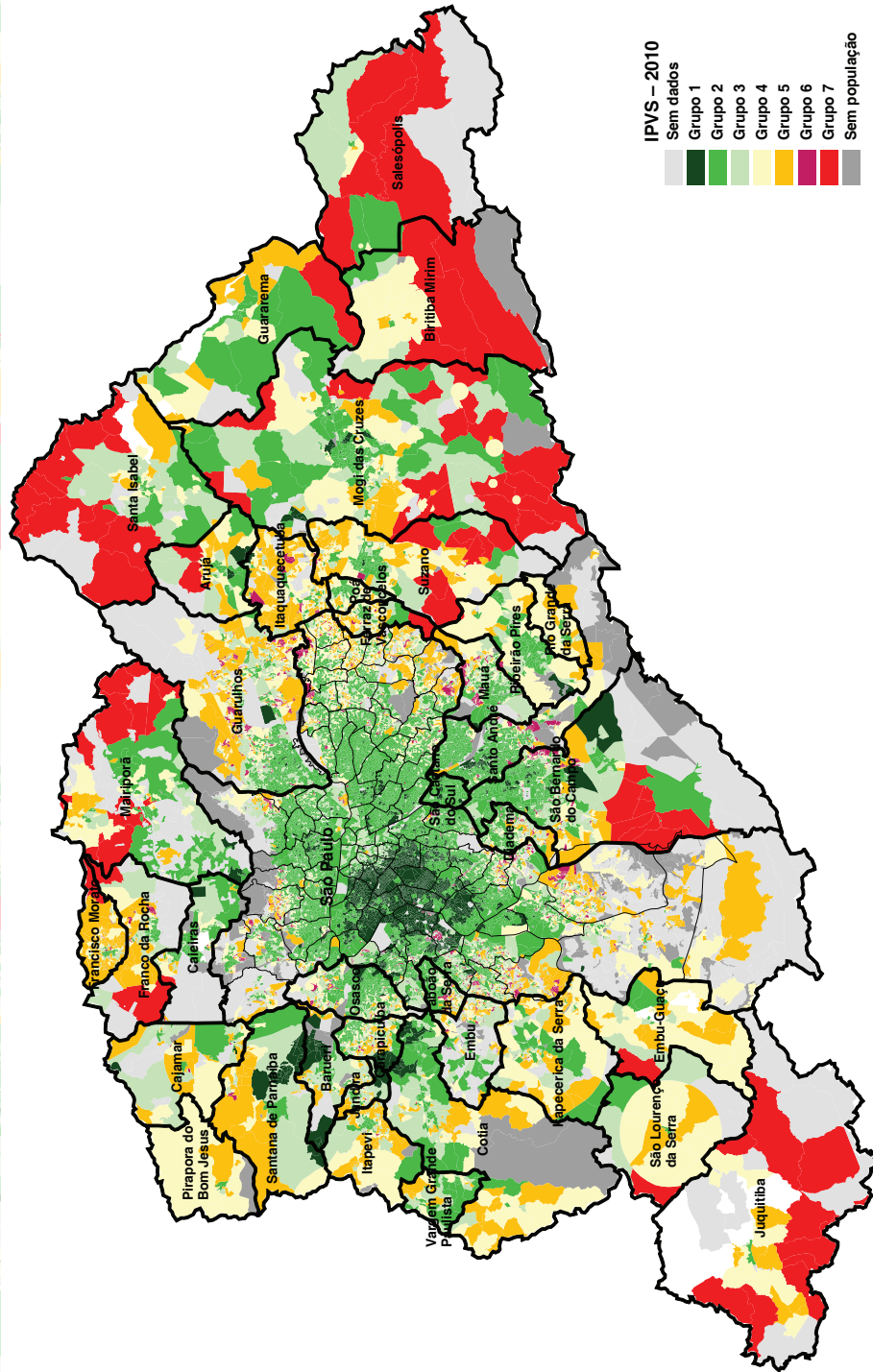
tensas áreas rurais com forte presença de áreas de lazer de fim de semana; outros com forte presença de condomínios de alto padrão (como Barueri e Cotia); e ainda aqueles com presença de moradias de alto padrão fora ou dentro de condomínios, e também chácaras de lazer (como Caieiras e Mairiporã). Já o caso de São Caetano do Sul também é próprio pela configuração do município. Por se encontrar em relativa proximidade com o centro de São Paulo, possuir uma trajetória particular de desenvolvimento (a partir de uma área de urbanização consolidada de Santo André que atraiu diversas indústrias), e por se tratar de um município com menor território em relação aos outros, apresenta uma homogeneidade muito maior, concentrando principalmente os grupos menos vulneráveis.

Em segundo lugar, também é necessário enfatizar a disposição em mosaico dos grupos do IPVS no mapa da RMSP (Mapa 1). Por se tratar de uma análise estatística que agrupa os *clusters* familiares semelhantes, em diversas áreas, mesmo quando predominantemente ocupadas por um grupo, é frequente a presença de pontos ou “bolsões” ocupados por grupos de famílias muito distintos. Isso faz com que a disposição dos grupos no mapa, mostre uma diversidade deles em regiões próximas, ao mesmo tempo em que, em um recorte mais geral, é possível visualizar grandes agrupamentos e assim inferir a dinâmica geral da ocupação espacial da Região Metropolitana de São Paulo.

A composição das áreas como um mosaico fica em evidência, por exemplo, a partir das áreas isoladas de baixíssima vulnerabilidade, caracterizadas, em maior parte, por condomínios residenciais de alto padrão que pela pouca verticalização ocupam grandes terrenos, compondo os principais setores censitários do Grupo 1 que aparecem fora da capital. Em especial, este é o caso de áreas expressivas em Santana de Parnaíba, Barueri (devido à presença de Alphaville, Tamboré e Aldeia da Serra), Arujá, Carapicuíba e Cotia; além de áreas esparsas em São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes, Osasco, Guarulhos (Base Aérea de Cumbica), Caieiras e Cajamar.

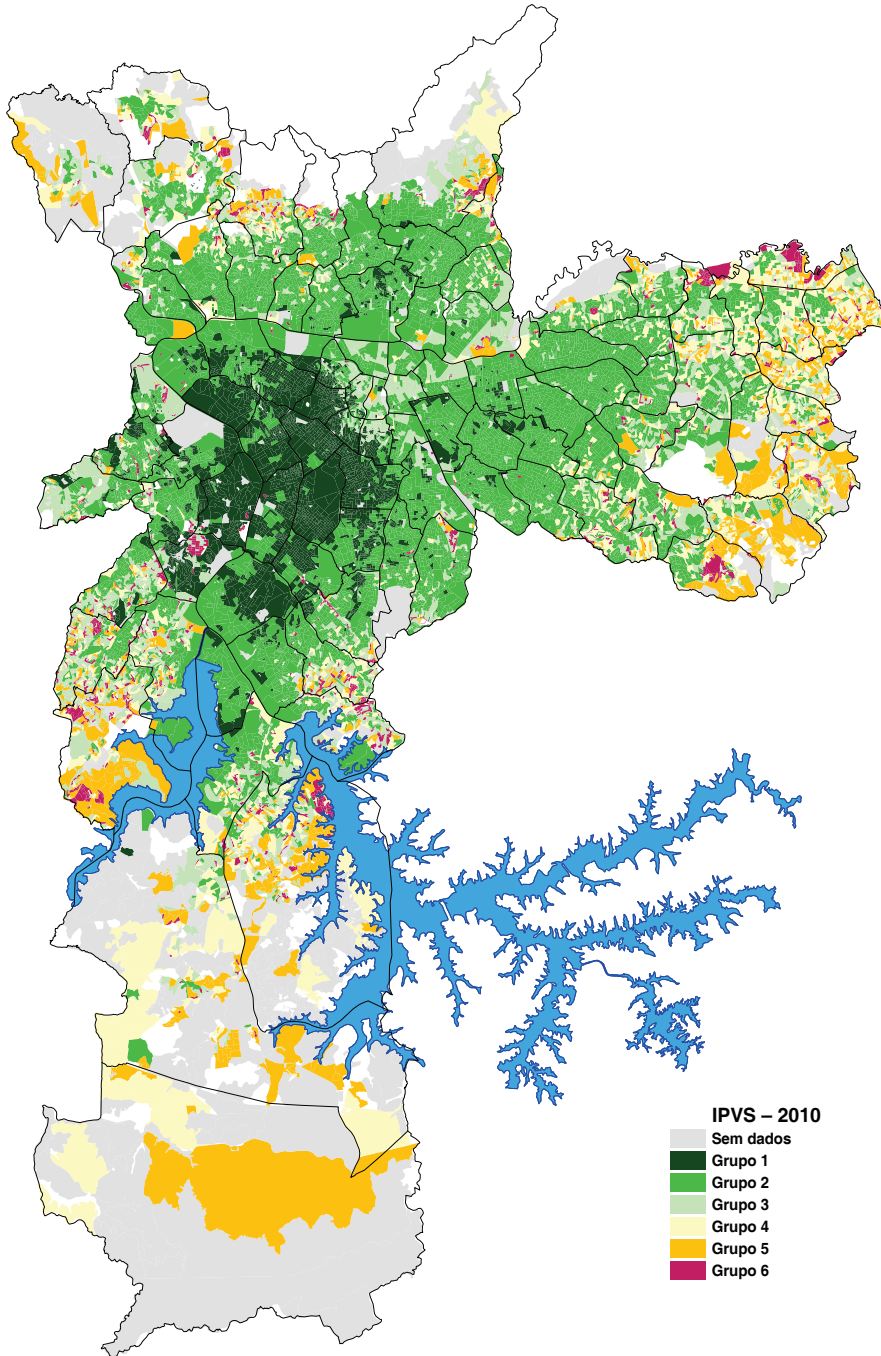
Em contrapartida, em um exemplo oposto, é importante notar que, embora a região central de São Paulo concentre grandes faixas de áreas com famílias do Grupo 1, em alguns distritos dessa enorme mancha se encontram locais marcados por uma altíssima vulnerabilidade devido à presença de favelas, como no caso dos distritos do Morumbi (favela do Jardim Colombo) e de Vila Andrade (favela do Paraisópolis).

**IPVS**  
Região Metropolitana de São Paulo – 2010



Fonte: IBGE; Fundação Seade.

**IPVS**  
Município de São Paulo – 2010



Fonte: IBGE; Fundação Seade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão de fatores históricos que remontam à expansão industrial paulista, a ocupação do espaço na RMSP apresenta um padrão sociodemográfico de múltiplas centralidades centro-periferia. Esse padrão apresenta-se com duas características principais: concentração de riqueza no município de São Paulo, especialmente na zona central da cidade, e deslocamento das áreas de vulnerabilidade para as periferias e municípios limítrofes. Portanto, pode-se concluir, tomando o centro da capital como eixo, que a distribuição dos grupos do IPVS apresenta uma característica centrípeta.

Pode-se entender esse processo como pautado por externalidades negativas. O Estado de São Paulo concentrou a maior parte do desenvolvimento industrial brasileiro do século XX, com sua capital liderando esse processo. Apesar do desenvolvimento industrial e econômico que proporcionou muita riqueza, infraestrutura e bens públicos, esse processo também gerou um cenário de grande exclusão social. Com uma ocupação mais antiga, que absorveu a maior parte dos equipamentos públicos, a região central da cidade atraiu e concentrou as famílias com melhores condições de vida e renda, expulsando, por meio de diversos mecanismos, para áreas mais distantes aquelas em piores condições. Tal situação gerou um grande desbalanceamento na cobertura de políticas públicas, pois as populações das áreas mais vulneráveis ficaram bastante distantes do foco das principais intervenções e serviços governamentais, sobretudo nas áreas limítrofes da capital.

Como síntese desse processo, configura-se um cenário com muitos desafios à gestão da RMSP, ficando explícito que, para que as políticas públicas atinjam a população mais vulnerável do território, não bastam ações isoladas.

A vulnerabilidade ultrapassa os limites da capital e, portanto, apenas com um processo decisório integrado de políticas públicas entre os municípios é possível dar conta desses problemas. Isso não apenas pela dificuldade de alcance das políticas públicas nas regiões periféricas, mas também pela característica complementar dos municípios. É importante lembrar que há na RMSP alguns municípios-dormitórios, ou seja, locais que apresentam um contingente populacional relativamente grande, mas nos quais há déficits de vagas de emprego e de geração de receita tributária.

Portanto, além da elaboração de políticas públicas centradas em áreas específicas, a partir de um diagnóstico da vulnerabilidade social ter-

ritorialmente acertado – por exemplo, a criação de corredores de ônibus que obedecem à lógica centrípeta do deslocamento urbano –, deve ser levado em consideração o contexto mais amplo no qual a vida urbana e as necessidades de intervenções governamentais se colocam. É necessário também discutir alternativas ao padrão de desenvolvimento socioeconômico da metrópole, o qual se configura como fator estruturante das enormes diferenças territoriais.

**NOTA AOS COLABORADORES**

Os artigos publicados pelo Primeira Análise devem ser relacionados a pesquisas da Fundação Seade. As colaborações podem ser tanto de integrantes da Fundação como de analistas externos.

A publicação não remunera os autores por trabalhos publicados. A remessa dos originais para apreciação implica autorização para publicação pela revista, embora não haja obrigação de publicação.

A editoria do boletim poderá contatar o autor para eventuais dúvidas e/ou alterações nos originais, visando manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, bem como adequar o texto original ao formato dos artigos do Primeira Análise – e para isso podem ser realizadas reuniões de ajuste de conteúdo editorial com os autores.

É permitida sua reprodução total ou parcial, desde que seja citada a fonte.

E-mail de contato: [edneydias@seade.gov.br](mailto:edneydias@seade.gov.br)

**NORMAS EDITORIAIS**

O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no mínimo 15 e no máximo 30 páginas, em espaço duplo.